

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL: estudo bibliométrico da produção científica no Brasil

LÍVIA NOGUEIRA PELLIZZONI

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA (UNIPÊ)

MERCIA CRISTILEY BARRETO VIANA

UNIVERSIDADE POTIGUAR (UNP)

VIVIANE DA SILVA COSTA NOVO MOCAMBITE

UNIVERSIDADE POTIGUAR (UNP)

HILDERLINE CAMARA DE OLIVEIRA

UNIVERSIDADE POTIGUAR (UNP)

Agradecimento à orgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), agradecemos a agência de fomento à pesquisa.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL: estudo bibliométrico da produção científica no Brasil

1 INTRODUÇÃO

Tema recentemente tratado na Agenda de Davos/Fórum Econômico Mundial, responsabilidade social e ambiental em todo o mundo vem sendo debatido e tem gerado cobranças no sentido de que países, governos e empresas precisam trabalhar alinhados às práticas de governança corporativa social e ambiental. A *Environmental and Social Governance/ESG* tomou novas proporções nessa última Agenda, por cobrar ações mais consistentes por parte dos membros do Fórum e estabelecer prazo para sua realização.

No Brasil o tema vem ganhando espaço, sendo capitaneado, principalmente por alguns órgãos federais, entenderam que todos estão vivendo um momento único, no qual se buscam soluções de equilíbrio entre os seres humanos, o meio ambiente e as atividades econômicas. E, nesse ambiente, as estatais têm representatividade expressiva na economia mundial. Dados de 2013 do Ministério da Economia, apontam que 10% das maiores empresas estatais globais eram responsáveis por 6% do PIB global.

No entanto, diante das necessidades reais do planeta, observa-se que os avanços nesse sentido ainda são incipientes e muitas vezes utilizados apenas como meio estratégico de marketing. Sendo assim, se torna cada vez mais necessário ampliar os estudos e ações no sentido de encontrar um equilíbrio maior entre as esferas econômica, social e ambiental.

Diante desse cenário, surgiu a **seguinte questão de pesquisa: Como se caracteriza a pesquisa científica em responsabilidade social e ambiental no Brasil?**

Com esse olhar, apresenta-se esse estudo que tem o objetivo de caracterizar a produção científica em responsabilidade social e ambiental no Brasil. O estudo sugere uma análise bibliométrica acerca da temática e os métodos e ferramentas utilizados têm um papel importante para todos os envolvidos (comunidade acadêmica, empresarial e sociedade).

A contribuição deste artigo é lançar luz sobre a produção científica acerca da responsabilidade social e ambiental no Brasil durante o período de 1972, ano da primeira conferência mundial em Estocolmo, a 2021 e identificar se, após anos de investigação, esses estudos têm de fato colaborado com a temática, uma vez que apresentam bastante relevância no tocante à responsabilidade social e ambiental, mas que as ações ainda são incipientes para boa parte das empresas, sejam elas públicas ou privadas.

Com os avanços tecnológicos nos processos de negócios e reforçando a eficiência da estrutura operacional, a maioria das organizações atingiu um ponto onde o uso das ferramentas auxilia no processo de tomada de decisão no nível estratégico surgem à medida que apresenta mais importância do que nunca.

Contudo, essas pressões empresariais estão relacionadas aos aspectos sociais, ambientais e não somente às principais decisões estratégicas da empresa, uma vez que as organizações podem e devem ser avaliadas não apenas por meio dos indicadores de desempenho tradicionais, ademais são avaliadas pela forma como interagem com um amplo conjunto de demandas sociais e ambientais no país. Com essa visão, o mercado financeiro também já dá mostras de que o ambiente para investimentos em empresas responsáveis social e ambientalmente está em alta com ótimas possibilidades de consolidação a curto e médio prazo.

À vista disso, este estudo, que utiliza o método bibliométrico, está inserido na busca pelas pesquisas científicas acerca responsabilidade social e ambiental nas empresas. No campo da Administração esse método é bastante utilizado, porém, Teixeira et al. (2013) sugerem que os estudos bibliométricos não abordam apenas os aspectos dominantes, mas que também identifiquem e avaliem os menos presentes ou ausentes, sugerindo para novas pesquisas, mais amplas e inovadoras, na busca de alternativas e realidades aparentemente despercebidas.

Analisando previamente os estudos dos últimos cinquenta anos sobre a temática, encontra-se abordagens metodológicas teóricas, como revisões e ensaios de literatura. No entanto, acredita-se ser necessário entender melhor como o estado da arte está estabelecido, para que seja possível compreender o por que de ainda se estar muito aquém das ações necessárias para resguardar o meio ambiente como um todo.

Este tipo de busca somente é possível com o emprego de análises que não são contempladas na bibliometria, mas que busquem atender às necessidades das pesquisas em Administração, alcançando assim, o objetivo dos estudos bibliométricos em Administração, que não apenas descrevem ou mensuram, mas que sejam realmente capazes de mapear aspectos críticos contextualizando o avanço a partir da análise bibliométrica realizada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Responsabilidade Social Empresarial iniciou na década de 1950, do ponto de vista histórico, a obra seminal de Bowen (1953) foi um dos pontos de partida do campo que veio a ser conhecido como responsabilidade social, essas definições se expandiram durante a década de 1960 e proliferaram durante a década de 1970. Na década de 1980, havia menos novas definições, mais pesquisas empíricas e temas alternativos começaram a amadurecer o termo abrangente cobrindo uma diversidade de assuntos.

As pesquisas em torno da RSA estão associadas ao processo de globalização, que estimula a economia e desenvolvimento social em países emergentes por meio do desenvolvimento industrial, houve um aumento no mercado de trabalho e transferência de tecnologia por meio desta representatividade na sociedade. No entanto, a globalização também pode interferir na regulamentação do processo desenvolvido por governos em países emergentes, o que pode encorajar menor regulamentação de padrões para atrair empresas multinacionais (CHRISTMANN & TAYLOR, 2001).

As consequências da evolução dos modelos de RSA e sustentabilidade incluem o surgimento de princípios, normas e certificações que orientam as ações e estratégias corporativas a nível global. Por exemplo, são pactos globais que estabelecem valores básicos para direcionar ações de negócios socialmente responsáveis e sustentáveis. Nas condições modernas de desenvolvimento dos processos de globalização, quaisquer vantagens são importantes para cada empresa na luta competitiva pelo consumidor.

Normas e certificações com foco em processos, como ISO 14001 e SA 8000, foram criadas para fornecer ferramentas de monitoramento para uso na prática de RSA e sustentabilidade. Relatórios como o Global Report Initiative (GRI) surgiram como modelos para reunir informações sobre projetos, benefícios e ações sociais de forma a trazer transparência às ações de RSE e sustentabilidade. Finalmente, índices como os Índices de Sustentabilidade Dow Jones atestam a valorização mundial de empresas que buscam explicitamente um equilíbrio entre desempenho e práticas empresariais preocupadas com o impacto social e ambiental. (PETRINI & POZZEBON, 2009).

O estudo sobre a RSA é amplo e abrange projetos e ações desenvolvidas nacionalmente, bem como proposições e ações especificamente relacionadas a programas e projetos sócio ambientais. Nesse sentido, a empresa necessita desenvolver diálogo com Stakeholders, definição de objetivos, postura corporativa, conscientização e troca de informações sobre RSA (CRUZ & PEDROZO, 2009).

No Brasil, os relatórios destacam o papel ativo das organizações em colaborar com a sociedade, bem como, resolver problemas emergentes nacionais acerca das principais questões sociais, pobreza e fome (CARVALHO et al., 2010). As organizações parecem apresentar curiosidade com as práticas da RSA, pelo fato de, um grupo de partes interessadas particularmente importante serem os consumidores.

Diante disso, as produções científicas destacadas no âmbito nacional acerca da RSA apresentaram um volume de concentração na área da administração, embora ainda escassas. Muito disso se deve a identificação das lacunas entre os estudos internacionais e nacionais, por um lado América Latina apresenta uma desproporcional quantidade de problemas sociais e ambientais por meio da desigualdade social, do outro lado encontra-se os países sul americanos buscando implementar responsabilidade social e ambiental nas organizações para atender a demanda do país.

No âmbito nacional, com base nas pesquisas realizadas, apresentaram como resultado a importância das práticas sobre a Responsabilidade Socioambiental - RSA nas organizações. Estudiosos apontam que o nível de uma empresa no tocante ao compromisso com a RSA, provavelmente será influenciado por consumidores e funcionários das organizações. Corroborando, a RSA foi desenvolvida pelas organizações que englobam mais práticas relacionadas a mercados, ambiente de trabalho, meio ambiente, relacionamento com a comunidade e valores da empresa (ABREU et al., 2012).

Segundo Wanderley et al. (2008) o resultado acerca da RSA pode ser identificado pelas diferentes formas de cultura, política, socioeconômica relacionadas à democracia, liberdade de imprensa e competição empresarial. As organizações estão cada vez mais preocupadas em se comunicar com a comunidade, consumidores, parceiros e diversos grupos interessados pela forma ética e responsável.

Corroborando Petrini e Pozzebon (2009) o primeiro componente da RSA identifica um grupo de categorias organizacionais, facilitando a incorporação da sustentabilidade na estratégia e gestão de negócios. O segundo componente da RSA identifica uma estrutura que integra indicadores socioambientais com indicadores financeiros, e os categoriza de forma a fornecer uma perspectiva multidimensional do desempenho organizacional.

Esta comunicação com as partes interessadas é realizada por meio de uma série de canais de comunicação, como relatórios de sustentabilidade, publicidade e campanhas na televisão, em outdoors e na Internet. Logo, Hutton (2001) demonstra que os gastos com responsabilidade social se tornaram o terceiro maior item do orçamento em departamentos de comunicação das organizações que investem em RSA.

A comunicação é um aspecto polêmico, pelo fato de as organizações quererem a consciência das partes interessadas que são socialmente responsáveis, eles são reticentes em comunicar suas ações, temendo críticas e cautelosos em criar expectativas. As principais ferramentas para divulgação de informações de RSA, uma vez que permite que as empresas divulguem mais informações menos onerosas e muito mais rápido. (Wanderley et al., 2008). Contudo, as partes interessadas querem saber mais sobre as organizações por trás das marcas e produtos que compram (LEWIS, 2001).

No estudo realizado por Carvalho et. al. (2010), examinou-se até que ponto e como as percepções de RSA dos consumidores brasileiros estão ligados aos comportamentos da empresa. A descoberta mostra que os brasileiros consumidores percebem que uma empresa é socialmente responsável está previsivelmente relacionada a ambos os resultados transacionais das intenções de compra, e a probabilidade de mudar para um concorrente e reclamar do aumento de preços baseado em RSA é relevante. Contrapondo Crisóstomo et al. (2011) afirmou que nenhuma resposta conclusiva ainda havia sido encontrada para esclarecer se a RSA afeta o desempenho dos negócios ou vice-versa, e que as pesquisas sobre a temática têm se concentrado nas economias desenvolvidas.

Segundo Quelhas (2017) observa-se a necessidade de organizações e instituições não apenas atenderem às diversas expectativas das partes interessadas, bem como atender à necessidade crescente de inovações de sustentabilidade, a co-criação pode desempenhar um papel fundamental no envolvimento das partes interessadas e as práticas sustentáveis podem fornecer um ambiente participativo e integrativo. (QUELHAS et. al, 2018).

No Brasil, algumas pesquisas mostram que a cooperação entre empresas pode gerar melhores resultados, por meio da integração de sistemas de gestão diversos com um sistema de gestão ambiental (AMMEMBER et al., 1999; LABODOVÁ, 2004; CORDANO et al., 2010). Para Seiffert (2008), um sistema de gestão ambiental tem como objetivo ajustar e conciliar as questões ambientais, tais essenciais atualmente, com o almejado crescimento econômico das empresas.

Para Heras e Arana (2010), as empresas devem buscar a utilização de ferramentas que as apoiem na sistematização de processos para a implementação de políticas de responsabilidade ambiental, que contribuirão ainda na implementação de políticas, responsabilidades e auditorias ambientais. Por sua vez, Nawrocka (2008), afirma que muitas empresas dão ênfase aos vários benefícios gerados com a utilização de ferramentas que lhes dêem suporte nas questões ambientais. Campos (2012), reforça que a organização deve considerar que um sistema de gestão ambiental coopera de maneira decisiva para a realização de algumas operações, uma vez que esses conceitos ambientais derivam dos princípios da ISO 14001 e são imprescindíveis para o meio ambiente e ainda para a certificação de empresas.

Seguindo por este caminho, o país tem definido metas e estratégias ao longo dos últimos anos para fortalecer a necessidade de uma gestão profissional das questões ambientais, que atendam a todos os interessados e buscado fortalecer parcerias com organismos internacionais, que tragam contribuições para o alcance dessas metas.

Como assevera Alves (2019, p. 22)

Possivelmente a maioria dos líderes empresariais e governamentais já está bem consciente a respeito dos desafios relacionados à sustentabilidade ambiental. Aqueles que ainda não estão ‘convencidos’ pelos sinais que cada vez mais surgem, principalmente referentes à legislação e ao próprio mercado. A sua visão terá forçosamente que se modernizar, caso contrário ficarão para trás.

Como exemplos dessa busca por ações mais concretas, ocorreu em 1992 a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, após 20 anos da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo. Posteriormente, a Rio+10 foi realizada em Joanesburgo, em 2002, com intuito de acompanhar o que havia se concretizado dos acordos da Rio 92. Em 2012, novamente no Rio de Janeiro, foi realizada a conferência Rio+20, que, entre outras ações, gerou uma agenda de eventos e atividades que deveriam ser realizadas pelos países partícipes, com acompanhamento de movimentos sociais e governos.

Em meio a todos esses movimentos mundiais, a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) desenvolveu e apresentou em 2001, diretrizes e metodologias apresentando indicadores de Desenvolvimento Sustentável (UNCSD, 2001). Além disso, foi importante também ter definido um conceito de desenvolvimento sustentável mais alinhado com os países, buscando uma maior integração dos aspectos sociais, econômicos e ambientais nesses países.

Desta maneira, para Araújo e Mendonça (2009), o conceito de Desenvolvimento Sustentável passou a ser sinônimo de uma sociedade racional, que se desenvolve com negócios limpos e ocasiona uma economia crescente para seu país de origem.

Um dos grandes desafios do século XXI é a sustentabilidade. É o paradigma corporativo e o que se percebe é que ainda é um conceito abstrato que gera dificuldades para os gestores definirem ações concretas na sua implementação (Elkington, 1998). Para tanto, vários relatórios de sustentabilidade, elaborados por organismos internacionais que visam subsidiar países em suas estratégias e metas, têm sido utilizados. Entretanto, ainda há uma lacuna que gera a necessidade de uso de ferramentas adequadas e até disponíveis para uso, para que essas estratégias sejam colocadas em prática pelos governantes que estão dispostos a contribuir com

o mundo (BURRITT & SCHALTEGGER, 2010; GARCIA et al., 2016; HANSEN & SCHALTEGGER, 2014).

Relatórios e diretrizes globais têm sido desenvolvidos, visando atender necessidades da população mundial, sem comprometer as gerações futuras. A Global Reporting Initiative (GRI) é uma diretriz global, fortemente utilizada em relatórios de sustentabilidade corporativa e Nosso Futuro Comum é um relatório de desenvolvimento sustentável, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ISO, 2010; Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987).

Oportuno citar que esses documentos buscam orientar ações corporativas, conforme preconizado na Política Sustentável Global - Objetivos de Desenvolvimento (Nações Unidas, 2015), que tem foco em crescimento econômico e equidade social; proteção ambiental; e aspectos do desenvolvimento sustentável (FISHER & BONN, 2011).

Com todos esses direcionamentos, os negócios não criam acesso total e o capitalismo, por sua vez, não garante que qualquer pessoa possa usufruir dos serviços ambientais em seus locais de residência (Milne & Gray, 2013). Essa realidade gera uma necessidade voltada para as organizações, de pensarem num modelo de gestão que integre sucesso econômico, aliado a sucesso social e ambiental, cujo desdobramento é o almejado desenvolvimento sustentável (Dyllick et al., 2002). Esta tarefa é complexa e requer abordagens de gerenciamento bem desenhadas para a realidade onde será aplicada, sob pena de insucesso na sua implementação (SCHALTEGGER et al., 2013).

Dentro desse cenário, as organizações estão buscando desenvolver novas práticas e tecnologias, estabelecer metas com ações ambientais e que tenham impacto positivo em sua imagem corporativa, tudo para colaborar com o meio ambiente. Algumas inclusive, adequar seu parque industrial para transformar materiais e reduzir emissões de gases e resíduos (BHANOT et al., 2016).

Como essas organizações costumam atuar em ambientes de concorrência bastante intensa, inovação tecnológica contínua, novas exigências do consumidor, e recursos materiais e naturais escassos, elas tem ficado atentas também a uma nova variável: o aumento nas demandas dos consumidores, que não tem buscado apenas qualidade, mas também respeito ao meio ambiente e às pessoas (DOMINGUES et al., 2016).

Mediante essa realidade, as organizações têm buscado adequar-se às novas demandas, implementando sistemas padronizados que correspondam às necessidades e expectativas dos clientes, considerando ainda necessidades internas e externas à organização (Rebelo et al., 2015). Ainda segundo Rebelo et al (2015), mais de 1.033.000 de certificações ISO 9001 e ISO 14001 foram adquiridas em todo o mundo, e 92.315 certificações OHSAS 18001 (NUNHES et al., 2017). Essas certificações geram benefícios para as organizações, tornando-as mais competitivas e com uma melhor imagem no mercado em que estão inseridas.

3 MÉTODO

Para responder ao problema de pesquisa, optou-se pela realização de um estudo bibliométrico, por meio da aplicação de métodos matemáticos e estatísticos com o intuito de quantificar a produção de artigos no intervalo de tempo estabelecido (Spinak, 1998). Para tanto considerou-se a lei de Lotka, com o intuito de identificar os autores mais citados, a lei de Bradford, cujo levantamento aponta os periódicos que mais se interessam por essas temáticas e, por fim, a lei de Zipf, que apresenta a frequência de trabalhos por palavras.

A base de dados selecionada para essa pesquisa foi a plataforma de referências científicas Scopus, pois segundo Bergman (2012), essa base tem uma indexação rigorosa, além de ter maior extensão do que outras bases (Harzing & Alakangas, 2016). O recorte temporal

delimitado nesta pesquisa, buscou artigos publicados desde 1972, ano em que houve a primeira conferência mundial de sustentabilidade que ocorreu na cidade de Estocolmo, até o ano de 2021.

Os termos selecionados em inglês para a busca foram *'social responsibility'*, *'environmental responsibility'*, *'socio-environmental responsibility'* e em português, os termos 'responsabilidade social', 'responsabilidade ambiental' e 'responsabilidade sócio-ambiental'. Buscou-se os termos em qualquer parte do artigo e não apenas limitado a título, palavra-chave ou *abstract*.

Como resultado, apareceram 6.356 artigos. A partir daí as informações passaram por três refinamentos. O primeiro foi referente ao tipo de estudo, em que optou-se apenas por artigos, reduzindo o número para 5.073. O segundo refinamento foi relativo à área de concentração, em que foram selecionadas apenas artigos da área de *Business, Management and Accounting*, reduzindo para um total de 3.199 artigos. Por fim, o terceiro refinamento foi por região, limitando os dados a artigos brasileiros, resultando em 223 artigos.

Assim, os dados foram analisados considerando inicialmente a evolução do campo de estudo, periódicos com maior número de trabalhos publicados, análise do fator de impacto, rede de citação por periódicos, autores com maior número de trabalhos e a rede de citações entre eles, artigos mais citados, rede de co-citação por autor e por fim, a análise de palavras-chave. As análises foram desenvolvidas a partir da própria base Scopus e também por meio do software VOS Viewer (Van Eck & Waltman, 2010).

4 DISCUSSÃO

A compreensão da pesquisa científica em responsabilidade social e ambiental é relevante uma vez que expõe o quanto essa temática tem sido explorada no âmbito acadêmico desde a primeira conferência mundial em Estocolmo no ano de 1972.

Assim, a Figura 1 apresenta a evolução quantitativa dos artigos desde 1972 a 2021.

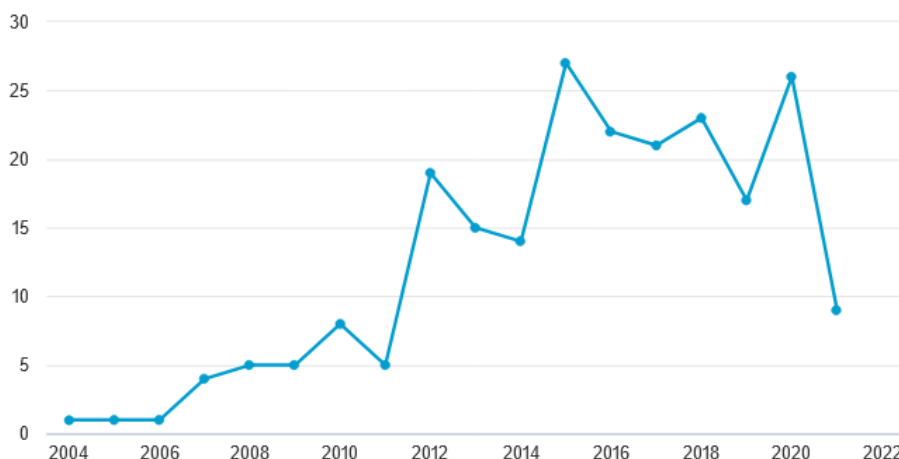


Figura 1. Evolução quantitativa dos artigos 1972 a 2021

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Observa-se que os primeiros artigos a serem publicados nessa temática ocorreram em 2004, 32 anos após a Conferência de Estocolmo. E o crescimento foi gradativo, tendo maior incidência a partir do ano de 2012, provavelmente por influência da Conferência Rio +20, ocorrida em junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

Outro fator relevante, diz respeito aos periódicos com maior concentração de publicações. Foram identificados 55 periódicos, porém apenas 21 desses tiveram mais de um

artigo publicado. Ou seja, 62% dos periódicos tiveram uma única publicação na temática. Os periódicos com duas ou mais publicações estão detalhados na Tabela 1, com os respectivos fatores de impacto SJR (SCImago Journal Rank), disponível na base Scopus.

Tabela 1

Periódicos com maior quantidade de artigos publicados

Periódico	Número de artigos	% de 223	Fator SJR
Espacios	36	16,1	0,22
Journal of Cleaner Production	33	14,8	1,89
Gestão e Produção	23	10,3	0,21
Social Responsibility Journal	17	7,6	0,43
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	16	7,2	0,29
RAE Revista de Administração de Empresas	12	5,4	0,22
Revista de Administração Mackenzie	9	4,0	0,10
Brazilian Business Review	6	2,7	0,12
Revista Brasileira de Marketing	6	2,7	-
Journal of Business Ethics	5	2,2	1,97
Bar Brazilian Administration Review	4	1,8	0,17
Corporate Governance Bingley	3	1,3	0,57
Custos e Agronegócio	2	0,9	0,21
Developments In Corporate Governance And Responsibility	2	0,9	0,14
Management Decision	2	0,9	0,86
Management Research	2	0,9	0,26
Rausp Management Journal	2	0,9	0,14

Nota. Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A partir desses dados, observa-se que existe uma boa aceitação dos artigos, especialmente entre os 6 primeiros periódicos, tendo mais de 10 artigos publicados, sendo que os três primeiros (Espacios, Journal of Cleaner Production e Gestão e Produção) são responsáveis por 41% do total de publicações brasileiras. Considerando o fator de impacto, observa-se que os dois periódicos com maior fator de SJR têm uma boa aceitação de artigos na área, já que o Journal of Cleaner Production (SJR 1,89) tem 33 artigos publicados e o Journal of Business Ethics (SJR 1,97) tem 5 publicações.

Por meio da utilização do software VOS Viewer, buscou-se observar a conexão entre os periódicos e constatou-se que, entre os 223 artigos, apenas 4 periódicos citam pelo menos 5 vezes uns aos outros. O mapa da rede de citações está presente na Figura 2.



Figura 2. Rede de citações por periódicos

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na análise dos autores mais citados, dos 223 artigos, 10 autores têm 3 ou mais publicações sobre a temática, sendo o maior destaque para Quelhas, O.L.G. com um total de 6 artigos. Os autores Anholon, R., Leal Filho, W. e Severo, E. A. com 4 artigos cada um e os demais autores com apenas 3. Isso revela que o tema não é tão frequente nas agendas de pesquisa desses autores.

Tabela 2

Autores com maior número de publicações

Ord.	Autor	Nº Artigos	% de 223
1	QUELHAS, O.L.G	6	2,7%
2	ANHOLON, R.	4	1,8%
3	LEAL FILHO, W.	4	1,8%
4	SEVERO, E.A.	4	1,8%
5	CAIADO, R.G.G.	3	1,3%
6	CRISÓSTOMO, V.L.	3	1,3%
7	CÂNDIDO, G.A.	3	1,3%
8	GOUVÊA, M.M.	3	1,3%
9	JABBOUR, C.J.C.	3	1,3%
10	KRUGLIANSKAS, I.	3	1,3%
TOTAL		36	16,1%

Nota. Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Adicionalmente fizemos a análise de citação por autor com o objetivo de identificar quais autores têm mais de 4 citações. A figura 3 destaca quatro autores com maior número de citações: Quelhas, O.L.G, Anholon, R., Leal Filho, W e da Silva, D.

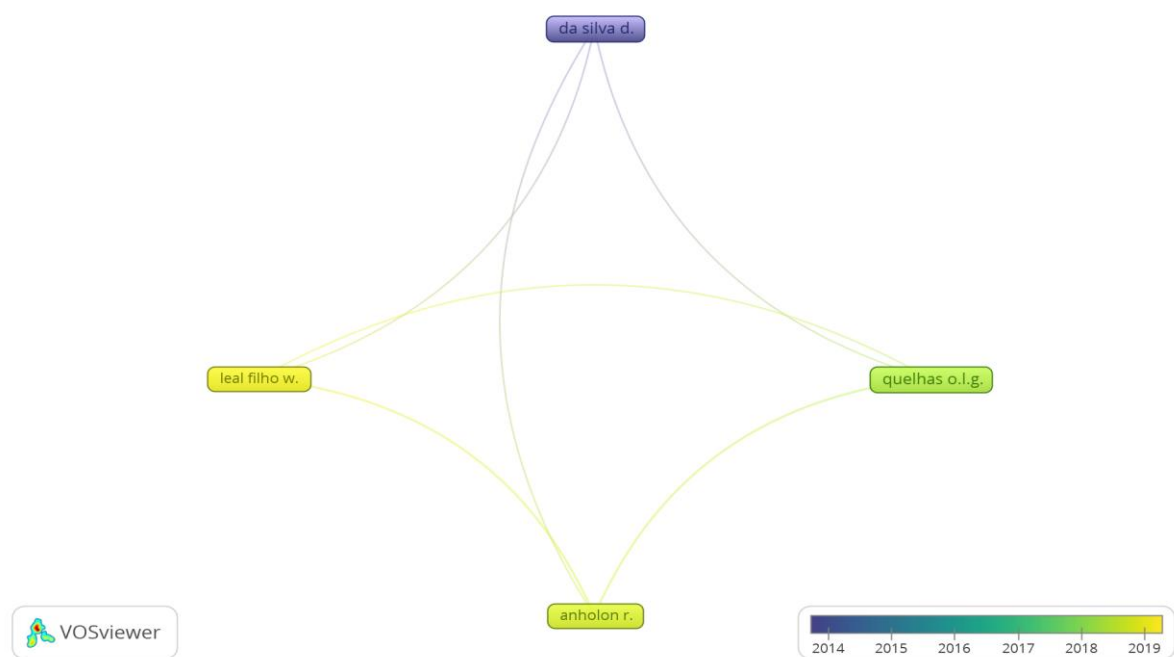


Figura 3. Mapa dos autores com maior número de citações
 Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ademais, incluiu-se nessa análise os dez artigos mais citados, com o objetivo de identificar a relevância dos mesmos na área de estudo. Nessa análise também foram incluídos autores, ano e periódico para ampliar as considerações, conforme Figura 4.

Ord.	Título	Autores	Ano	Periódico	Nº de citações
1	CSR information disclosure on the web: A context-based approach analysing the influence of country of origin and industry sector	Wanderley, L.S.O., Lucian, R., Farache, F., De Sousa Filho, J.M.	2008	Journal of Business Ethics	212
2	Corporate social responsibility, firm value and financial performance in Brazil	Crisóstomo, V.L., De Souza Freire, F., De Vasconcellos, F.C.	2011	Social Responsibility Journal	153
3	Managing sustainability with the support of business intelligence: Integrating socio-environmental indicators and organisational context	Petrini, M., Pozzebon, M.	2009	Journal of Strategic Information Systems	140
4	Key factors of sustainability in project management context: A survey exploring the project managers' perspective	Martens, M.L., Carvalho, M.M.	2017	International Journal of Project Management	112
5	A comparative understanding of corporate social responsibility of textile firms in Brazil and China	Abreu, M.C.S.D., Castro, F.D., Soares, F.D.A., Silva Filho, J.C.L.D.	2012	Journal of Cleaner Production	67

6	Consumer reactions to CSR: A Brazilian perspective	Carvalho, S.W., Sen, S., Mota, M.O., de Lima, R.C.	2010	Journal of Business Ethics	64
7	Lean-integrated management system: A model for sustainability improvement	Souza, J.P.E., Alves, J.M.	2018	Journal of Cleaner Production	60
8	Sensitive industries produce better ESG performance: Evidence from emerging markets	Garcia, A.S., Mendes-Da-Silva, W., Orsato, R.	2017	Journal of Cleaner Production	55
9	Environmental management systems in small and medium-sized enterprises: An analysis and systematic review	Ferenhof, H.A., Vignochi, L., Selig, P.M., Lezana, Á.G.R., Campos, L.M.S.	2014	Journal of Cleaner Production	53
10	Environmental disclosure management: A constructivist case	da Rosa, F.S., Ensslin, S.R., Ensslin, L., Lunkes, R.J.	2012	Management Decision	52

Figura 4. Artigos mais citados em RSA

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com base nesses dados, podemos perceber que o *Journal of Cleaner Proctuion* é o periódico com maior número de publicações relevantes, contendo quatro dos dez artigos mais citados. O segundo periódico de destaque é o *Journal of Business Ethics* com dois artigos mais citados.

Também foi possível observar que entre os autores com maior número de artigos, mencionados na tabela 2, apenas o autor Crisóstomo, V.L. aparece na lista dos trabalhos mais citados.

Seguindo as análises, foi feito um mapa de co-citação por autor, com o objetivo de identificar clusters de similaridade, complementaridade ou contraposição temática e metodológica entre os autores. O mapa está descrito na Figura 5 e apresenta três *clusters* sinalizados por cor.

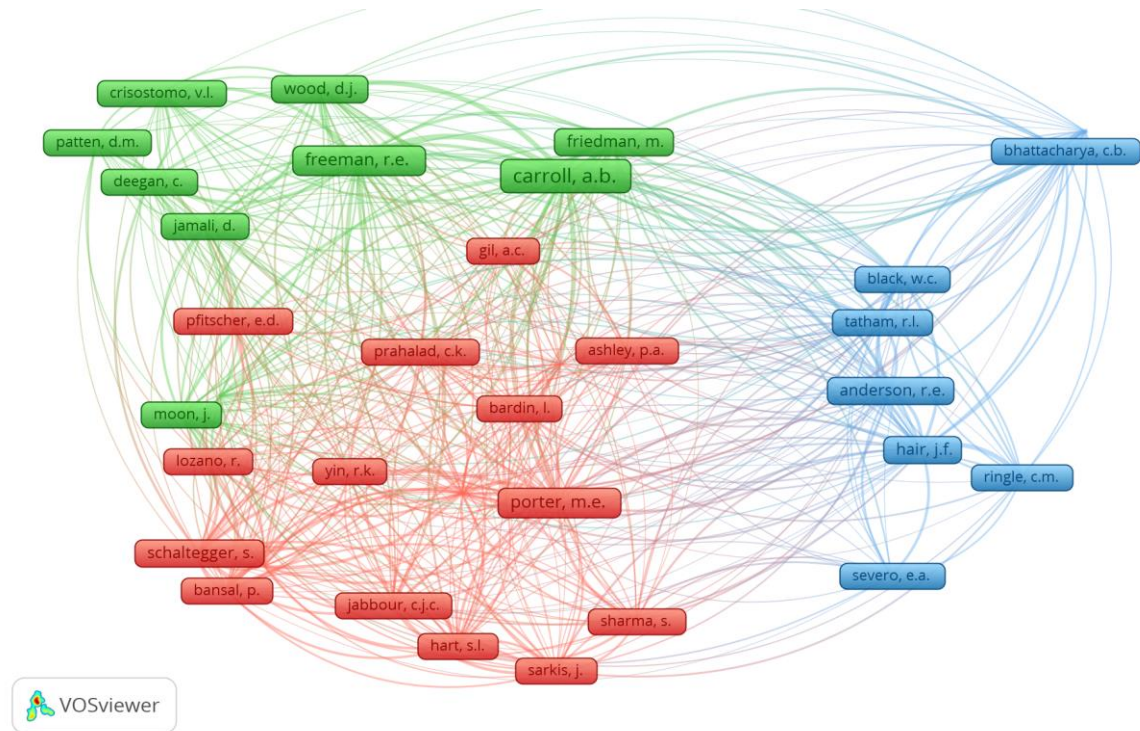


Figura 5. Mapa de co-citação por autor
 Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O *cluster* azul contempla artigos voltados para o estudo do comportamento de consumo em relação à responsabilidade social e ambiental. O *cluster* verde se relaciona mais à performance organizacional no que diz respeito a RSA. Já o *cluster* vermelho trata de estratégias organizacionais sob a perspectiva da RSA. Com o objetivo de identificar outros clusters, foi criado o mapa de frequência de palavras-chave, conforme Figura 6.

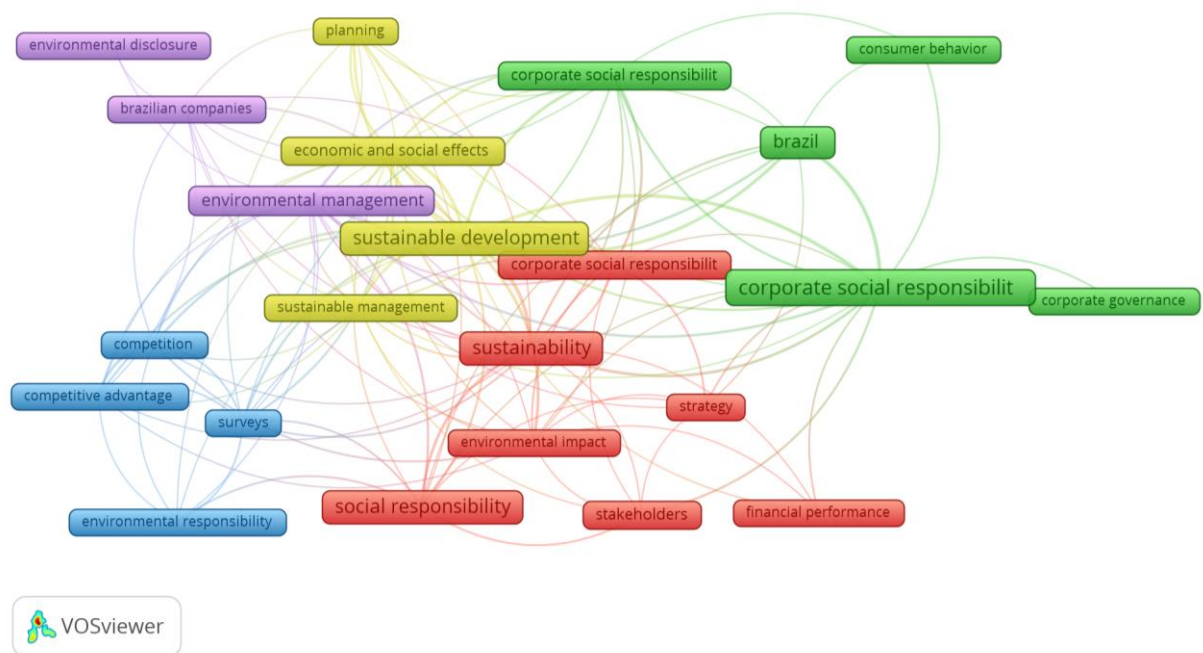


Figura 6. Frequência de palavras-chave
 Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A análise de palavras-chaves apresentou mais alguns clusters. Os *clusters* direcionam as pesquisas para temas relacionados ao estudo de organizações brasileiras, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social corporativa, sustentabilidade e competitividade.

5 CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve como objetivo caracterizar a pesquisa científica em responsabilidade social e ambiental no Brasil. Embora esse assunto tenha sido bastante debatido entre as nações desde a primeira conferência mundial em Estocolmo, no ano de 1972, observou-se que essas temáticas ainda carecem de maior representatividade em estudos acadêmicos no Brasil.

Considerando a evolução da produção, foi possível perceber que essas temáticas começaram a ser mais estudadas a partir de 2006, mas só em 2010 que teve início a um crescimento mais representativo, possivelmente pela iminência da Conferência Rio +20 que ocorreu em 2012 no Brasil. Isso denota que apesar da relevância e importância do tema, ainda são tímidos os esforços para implementá-los tanto do ponto de vista acadêmico, como gerencial.

Os levantamentos realizados acerca dos periódicos mais citados, artigos mais citados, principais autores e principais palavras-chave utilizadas, apresentam horizontes de agendas de pesquisa para interessados em estudos na área. Sendo assim, esse estudo contribui para uma apreciação crítica de caminhos a serem traçados que revelem uma contribuição significativa para o campo de estudo, principalmente considerando os clusters listados.

Como limitações do estudo, vale ressaltar que a apresentação quantitativa pode ser considerada incipiente para a identificação de lacunas ou novas proposições sobre o tema.

Portanto, como sugestão para pesquisas futuras, é recomendada a realização de revisões sistemáticas de literatura para obter maior aprofundamento sobre o tema e, conseqüentemente, avançar nas investigações e correlações da responsabilidade social e ambiental.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, R. R. (2019). *Sustentabilidade empresarial e mercado verde: a transformação do mundo em que vivemos*. Editora Vozes Limitada.
- Bergman, E. M. L. (2012). Finding citations to social work literature: The relative benefits of using Web of Science, Scopus, or Google Scholar. *The journal of academic librarianship*, 38(6), 370-379.
- Carvalho, S. W., Sen, S., de Oliveira Mota, M., & de Lima, R. C. (2010). Consumer reactions to CSR: A Brazilian perspective. *Journal of Business Ethics*, 91(2), 291-310.
- Christmann, P., & Taylor, G. (2001). Globalization and the environment: Determinants of firm self-regulation in China. *Journal of international business studies*, 32(3), 439-458.
- Crisóstomo, V. L., de Souza Freire, F., & De Vasconcellos, F. C. (2011). Corporate social responsibility, firm value and financial performance in Brazil. *Social Responsibility Journal*.

- Cruz, L. B., & Pedrozo, E. A. (2009). Corporate social responsibility and green management: Relation between headquarters and subsidiaries in multinational corporations. *Management Decision*, 47(7), 1174-1199.
- de Abreu, M. C. S., de Castro, F., de Assis Soares, F., & da Silva Filho, J. C. L. (2012). A comparative understanding of corporate social responsibility of textile firms in Brazil and China. *Journal of Cleaner Production*, 20(1), 119-126.
- Harzing, A. W., & Alakangas, S. (2016). Google Scholar, Scopus and the Web of Science: a longitudinal and cross-disciplinary comparison. *Scientometrics*, 106(2), 787-804.
- Hutton, J. G., Goodman, M. B., Alexander, J. B., & Genest, C. M. (2001). Reputation management: the new face of corporate public relations?. *Public relations review*, 27(3), 247-261.
- Lewis, S. (2001). Measuring corporate reputation. *Corporate Communications: An International Journal*.
- Petrini, M., & Pozzebon, M. (2009). Managing sustainability with the support of business intelligence: Integrating socio-environmental indicators and organisational context. *The Journal of Strategic Information Systems*, 18(4), 178-191.
- Quelhas, O. L. G., Kruger, C., Caiado, R. G. G. & França, S. L. B. (2018) A holistic model integrating value co-creation methodologies towards the sustainable development. *Journal of Cleaner Production*, 191, 400-416.
- Spinak, E. (1998). Scientometric indicators. *Ciência da Informação*, 27(2), nd-nd.
- Van Eck, N. J., & Waltman, L. (2010). Software survey: VOSviewer, a computer program for bibliometric mapping. *scientometrics*, 84(2), 523-538.
- Wanderley, LSO, Lucian, R., Farache, F., & de Sousa Filho, JM (2008). Divulgação de informações de RSC na web: uma abordagem baseada no contexto que analisa a influência do país de origem e do setor industrial. *Journal of Business Ethics*, 82 (2), 369-378.
- Ammenberg, J., Borjesson, B., Hjelm, O. (1999). Joint EMS and group certification: a cost-effective route for SMEs to achieve ISO 14001. *Green. Manag. Int.* 28, 23 e 31.
- Araújo, G.C., Mendonça, P.S.M. (2009). Análise do processo de implantação das normas de sustentabilidade empresarial. *Rev. Adm. Mackenzie* 10 (2), 31–56.
- Bhanot, N., Rao, P.V., Deshmukh, S.G. (2016). An integrated approach for analysing the enablers and barriers of sustainable manufacturing. *J. Clean. Prod.* 142, 4412e4439. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.11.123>.
- Burritt, R.L., Schaltegger, S. (2010). Sustainability accounting and reporting: fad or trend? *Accounting. Audit. Account. J.* 23, 829e846. <https://doi.org/10.1108/09513571011080144>.

- Campos, L.M.S. (2012). Environmental management systems (EMS) for small companies: a study in Southern Brazil. *J. Clean. Prod.* 32, 141e148.
- Cordano, M., Marshall, R.S., Silverman, M. (2010). How do small and medium enterprises go “Green”? A study of environmental management programs in the US wine industry. *J. Bus. Ethics* 92 (3), 463e478.
- Domingues, P., Sampaio, P., Arezes, P.M. (2016). Integrated management systems assessment: a maturity model proposal. *J. Clean. Prod.* 124, 164e174. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.02.103>.
- Dyllick, T., Hockerts, K., Thomas Dyllick, K.H. (2002). Beyond the business case for corporate sustainability. *Bus. Strategy Environ.* 11, 130e141. <https://doi.org/10.1002/bse.323>.
- Elkington, J. (1998). Partnerships from cannibals with forks: the triple bottom line of 21st-century business. *Environ. Qual. Manag.* 8, 37e51. <https://doi.org/10.1002/tqem.3310080106>.
- Fisher, J., Bonn, I. (2011). Business sustainability and undergraduate management education: an Australian study. *High. Educ.* 62, 563e571. <https://doi.org/10.1007/s10734-010-9405-8>.
- Garcia, S., Cintra, Y., Torres, R., de, C.S.R., Lima, F.G. (2016). Corporate sustainability management: a proposed multi-criteria model to support balanced decisionmaking. *J. Clean. Prod.* 136, 181e196. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.01.110>.
- GRI, (2016a). GRI 101: FOUNDATION. GRI Global.
- GRI, (2016b). GRI 102: GENERAL DISCLOSURES. GRI Global.
- GRI, (2016c). GRI 103: MANAGEMENT APPROACH. GRI Global.
- Hansen, E.G., Schaltegger, S. (2014). The sustainability balanced Scorecard: a systematic review of architectures. *J. Bus. Ethics* 133, 193e221. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2340-3>.
- Heras, I., Arana, G. (2010). Alternative models for environmental management in SMEs: the case of Ekoscan vs. ISO 14001. *J. Clean. Prod.* 18 (8), 726e735.
- International Organization for Standardization, (2010). ISO 26000:2010eGuidance on Social Responsibility.
- ISO 14001, (2004). Environmental Management System: Requirements with Guidance for Use. International Organization for Standardization.
- Labodová, A. (2004). Implementing integrated management systems using a risk analysis based approach. *J. Clean. Prod.* 12 (6), 571e580.
- Milne, M.J., Gray, R. (2013). W(h)ither Ecology? The triple bottom line, the global reporting initiative, and corporate sustainability reporting. *J. Bus. Ethics* 118, 13e29. <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1543-8>.

- Nawrocka, D. (2008). Environmental supply chain management, ISO 14001 and RoHS. How are small companies in the electronics sector managing? *Corp. Soc. Responsib. Environ. Manag.* 15 (6), 349 e 360.
- Nunhes, T.V., Motta Barbosa, L.C.F., de Oliveira, O.J. (2017). Identification and analysis of the elements and functions integrable in integrated management systems. *J. Clean. Prod.* 142, 3225 e 3235. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.10.147>
- Rebelo, M.F., Santos, G., Silva, R. (2015). Integration of management systems: towards a sustained success and development of organizations. *J. Clean. Prod.* 127, 96 e 111. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.04.011>.
- Schaltegger, S., Beckmann, M., Hansen, E.G. (2013). Corporate sustainability meets transdisciplinarity. *Bus. Strategy Environ.* 22, 217 e 218. <https://doi.org/10.1002/bse.1770>.
- Seiffert, M.E.B. (2008). Environmental impact evaluation using a cooperative model for implementing EMS (ISO 14001) in small and medium-sized enterprises. *J. Clean. Prod.* 16 (14), 1447 e 1461.
- UNCSD. United Nations Commission on Sustainable Development, 2001t. Indicators of sustainable development: guidelines and methodologies. United Nations. Available from: <http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/indisd/indisd-mg2001.pdf> (Accessed 25 Abr
- World Commission on Environment and Development. (1987). *Our Common Future*.